

# **Planejamento e Sustentabilidade urbana**

## **Desafios e perspectivas**

---

**Nabil Bonduki**  
**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP**

# Históricos dos planos diretores no Brasil

- Até anos 1930, planos sanitários, de embelezamento e viários
- Anos 1930, primeiros planos abrangentes – Exemplo: Plano Agache (Rio de Janeiro)
- A partir dos anos 1940, entidades profissionais como o IAB e o IBAM fazem campanha pela formulação de planos de ordenamento do território, para controlar o processo de crescimento urbano
- Regime militar em 1964 cria o Serphau, primeiro órgão federal que apoiou a formulação de Planos Diretores Municipais
- Anos 1970: criação de grande aparato de planejamento nas principais cidades. Criação das regiões metropolitanas
- Anos 1980: luta pela redemocratização, crescimento dos movimentos sociais e descrédito do planejamento. Emergência do neoliberalismo
- 1988 – Nova Constituição – Plano Diretor passa a ser obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes
- 2001 – Estatuto de Cidade regulamento a Constituição.

# Planejamento territorial e legislação urbanística dos anos 60 e 70

Prevalece visão técnica, associada ou não a interesses privados

Ausência de processos participativos

Restringe o direito de propriedade com legislação de controle do uso do solo

Estabelece padrões ideais ou adequados de urbanização, difíceis de serem obedecidos

Separação entre o planejamento e a gestão das políticas setoriais

Ausência de instrumentos urbanísticos para, entre outros:

- fazer valer a função social da propriedade e combater a retenção de imóveis ociosos
- obter contrapartidas pelo uso mais intenso do solo urbano
- regularizar os assentamentos informais

# ESTATUTO DA CIDADE

Lei Federal, aprovada em 2001, que regulamentou o ordenamento territorial urbano e disciplinou o planejamento e as leis municipais de uso e ocupação do solo

# Estatuto da Cidade – Processo

- Desde os anos 1960, Entidades como o IAB e o IBAM buscam criar uma legislação federal de ordenamento do território
- Década de 80, com a redemocratização e o fortalecimento dos movimentos sociais aliados a setores profissionais surge o Movimento Nacional pela Reforma Urbana
- Emenda Popular pela Reforma Urbana (250.000 assinaturas) no Constituinte de 1988 gera Capítulo de Política Urbana no Texto Constitucional (art.182 e 183)
- Necessidade de regulamentação por lei específica
- Tramitou no Congresso de 1990 a 2001, com a oposição de proprietários urbanos e promotores imobiliários
- Pressão do Movimento Nacional Pela Reforma Urbana, negociação com representantes do mercado imobiliário e pacto entre os sectores sociais permite aprovação no Congresso
- Aprovado em julho de 2001, entrou em vigor três meses depois

# Estatuto da Cidade (2001)

- Resultado da luta do Movimento Nacional da Reforma Urbana negociado com o setor imobiliário
- Regulamenta inúmeros instrumentos para fazer valer a função social da propriedade, para garantir o direito a moradia e regularizar as ocupações de terra
- Descentraliza as decisões, cresce a importância dos municípios
- Torna obrigatória a elaboração de Plano Diretores em mais de duas mil municípios brasileiros
- Exige processos participativos nas elaboração de todos os planos, programas e projetos urbanos

# Estatuto da Cidade regulamentou novos instrumentos urbanísticos

- Garantir a função social da cidade e combater a especulação com terras ociosas e subutilizadas
- Regularizar a terra apta para habitação ocupada por assentamentos populares irregulares
- Garantir o direito a habitação para quem precisa ser removido por obras públicas ou risco
- Recuperar a valorização imobiliária gerada por investimentos públicos
- Separação entre o direito de propriedade e o direito de construir
- Torna obrigatória a participação popular em planos e projetos

# Qualidade Ambiental Urbana

## Eixos de Atuação

- Planejamento e gestão ambiental urbana
- Urbanização e Construção Sustentável
- Mobilidade sustentável
- Qualidade do Ar
- Gestão das águas no ambiente urbano
- Áreas verdes e APPs urbanas
- Resíduos Sólidos
- Segurança Química



# Como MUDAR

- Construir uma agenda de qualidade ambiental urbana associada ao planejamento urbano
- Estabelecer mecanismos para que essa agenda seja implementada, buscando apoio do Estados e de governo federal
- Definir indicadores para acompanhar a implementação dessa agenda

# Como MUDAR

- Formular, com a participação de entes federativos, **políticas específicas em todos os eixos**, consolidando em lei, decreto ou resolução;
- **Articulação** intersecretarias
- Normatizar e definir **diretrizes ambientais** urbanas para planos, programas e projetos urbanos;
- **Capacitar** e apoiar os gestores públicos
- Estimular, apoiar e fortalecer novas instrumentos de gestão, como os **consórcios** públicos;
- Implementar de **projetos estratégicos**;
- Estabelecer e monitorar **indicadores** de qualidade ambiental;
- Valorizar e difundir **boas práticas de sustentabilidade** urbana

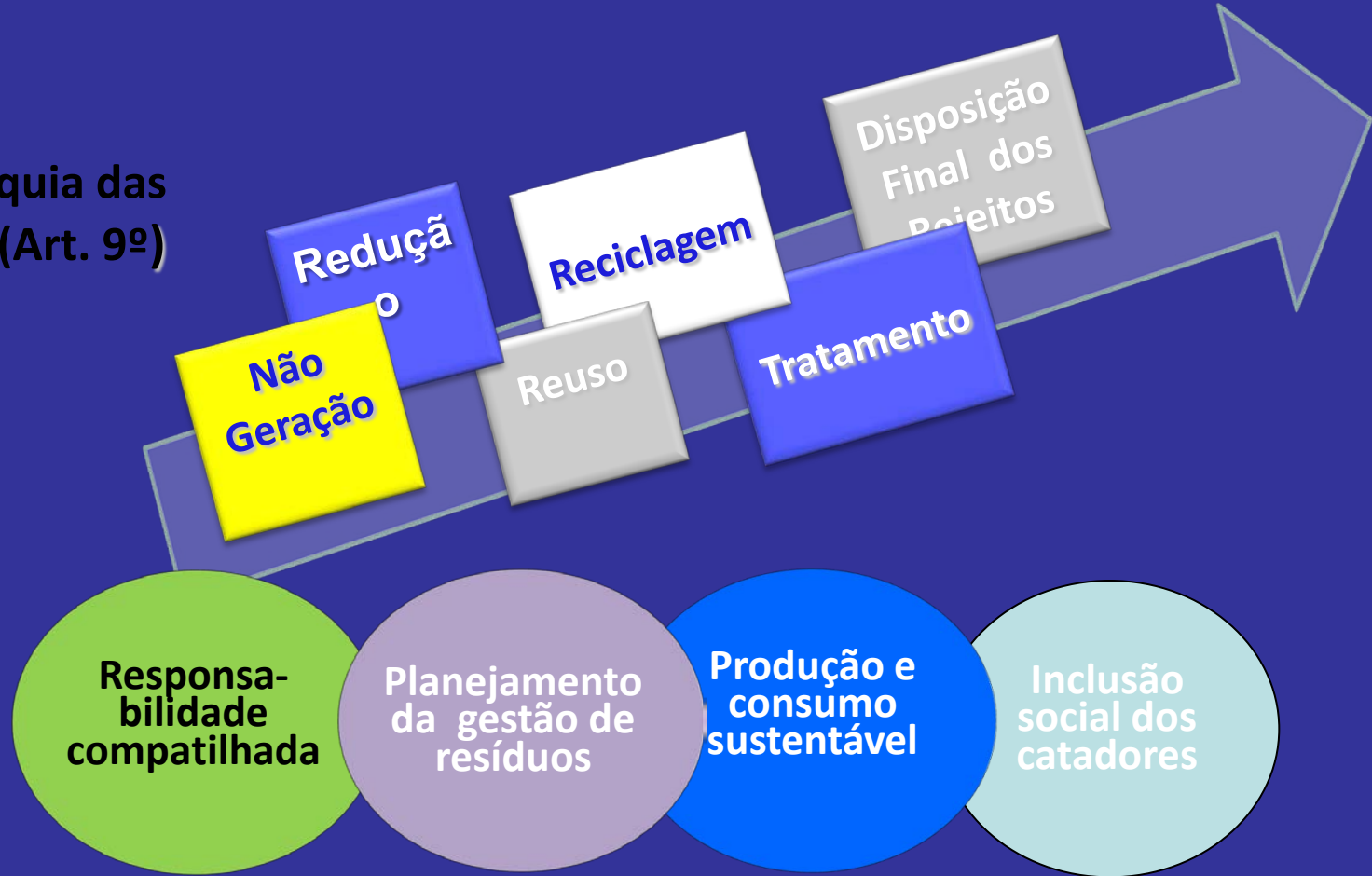
# Como MUDAR – algumas diretrizes

- Planejamento territorial para equilibrar a rede urbana
- Mudanças dos hábitos de produção e consumo
- Hierarquia na destinação de resíduos;
- Prioridade para o transporte coletivo e formas não motorizadas de mobilidade;
- Função social e ambiental da terra urbana;
- Controle e planejamento da expansão urbana
- Proteção às APPs urbanas e áreas verdes como condição básica de qualidade de vida e equilíbrio ambiental
- Energias renováveis nas edificações
- Recuperação ambiental das áreas contaminadas

-

# PRINCÍPIOS RELEVANTES DA Política Nacional de Resíduos Sólidos

Hierarquia das ações (Art. 9º)



Principais horizontes temporais da lei

8/2012 – Elaboração dos Planos Estaduais, intermunicipais ou Municipais

8/2014 – Encerramento dos lixões e implantação da coleta seletiva

# PRODUTOS OBRIGADOS À LOGÍSTICA REVERSA (ART. 33)

**Agrotóxicos  
seus  
resíduos e  
embalagens**

**Lâmpadas fluorescentes, de  
vapor de sódio e mercúrio e de  
luz mista**

**Pneus**

**Pilhas e Baterias**

**Óleos  
lubrificantes  
seus resíduos e  
embalagens**

**Produtos  
eletroeletrônicos e  
seus componentes**

# Ações implementadas para tirar a lei do papel



Elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos



Implementação da Logística Reversa



Apoio aos Estados para elaboração de estudos de regionalização para a gestão de Res. Sol. Urbanos



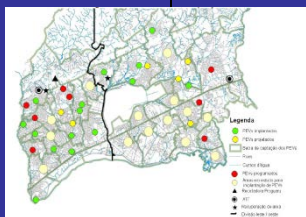
Programa Pro-catador (Brasil Sem Miséria )



Campanha Nacional de Comunicação “Separe seu lixo e acerte na lata”



Perspectivas de investimentos (PAC 2): infraestrutura



**Apoio aos estados, consórcios e municípios para a elaboração de plano de resíduos sólidos**



# Programa voltado para reciclagem - Apoio aos municípios

## Ações a serem apoiadas



Caminhões e equipamentos de menor porte para Catadores

Galpões de Triagem Equipados



Pontos de Entrega Voluntária

Soluções para os resíduos da constr. civil

Pátios de Compostagem

# Agenda de Planejamento e gestão ambiental urbana

- . **Capacitação de gestores municipais** nos diversos temas da sustentabilidade ambiental urbana, visando ao desenvolvimento de cidades mais justas e sustentáveis
- . Definição e monitoramento de **indicadores de qualidade ambiental urbana**;
- . Apoio à inclusão de **variáveis e parâmetros ambientais nos Planos Diretores**, leis de parcelamento do solo e zoneamentos urbanos;
- . Proposição/difusão de **instrumentos econômicos** de política ambiental urbana (pagamento por serviços ambientais; incentivos tributários; compensações; transferência de potencial construtivo);
- . Fomento à **articulação entre instrumentos de gestão territorial** ( ZEE, Agenda 21 Local, Plano Diretor, Plano de Bacia Hidrográfica, Plano de Drenagem).  
Aperfeiçoamento dos instrumentos de **controle de impacto dos grandes empreendimentos** e gerenciamento da destinação de compensações ambientais



# Agenda de Urbanização e Construção sustentáveis

- Controle, monitoramento e difusão de diretrizes ambientais p/ **expansão urbana** (minimizar o movimento de terra; valorizar a inserção dos corpos d'água e de áreas protegidas na paisagem; garantir a qualidade dos espaços públicos; apoiar a diversificação de usos e a criação de centralidades nos bairros)
- Incentivo à utilização de **reciclados da construção**, em especial na pavimentação
- Indução à **eficiência energética** (aquecedores solares de água, painéis fotovoltaicos) e à redução do consumo de água nos edifícios
- Otimização das **condições naturais** de conforto térmico, ventilação e iluminação

# Agenda de Áreas verdes e APPs urbanas

- Apoio à **ampliação dos sistemas de áreas verdes** públicas, equipadas para atividades de lazer e convívio da população urbana
- Difusão de **diretrizes para o projeto** de áreas verdes públicas (participação da população na definição do programa; adequação a valores culturais; condições de segurança e conservação dos equipamentos; modelo de gestão)
- Criação de um **sistema integrado, articulando estados e municípios, de gestão das Áreas de Preservação Permanente - APPs urbanas, incluindo seu mapeamento, fiscalização e recuperação;**
- Definição de **normas para a instalação, nas APPs urbanas**, de equipamentos públicos de lazer e esportes, compatíveis com a função ambiental dessas áreas;
- Destinação de recursos de compensações e pagamento por serviços ambientais para a gestão e proteção das APPs urbanas

# Agenda da gestão das águas no ambiente urbano

- Apoio a soluções que contribuam para a **drenagem urbana** (controle da erosão; retenção e utilização das águas pluviais nos lotes; pavimentação permeável; recuperação dos fundos de vale e criação de parques fluviais)
- Diretrizes para melhoria dos **padrões de projeto de drenagem urbana**
- **Proteção de mananciais** (fiscalização integrada; alternativas habitacionais; compensações aos proprietários de áreas com restrições à ocupação; apoio aos usos compatíveis; criação de parques e reservas de domínio público)
- **Participação na gestão integrada** da Orla marítima, fluvial e estuarina em áreas urbanas (regularização fundiária; garantia de acesso às praias; usos de baixo impacto ambiental; preservação do patrimônio natural)

# Agenda de Mobilidade Sustentável

- Indução à melhoria dos **serviços públicos de transporte coletivo** (integrado: modal, tarifária e fisicamente)
- Estímulo à circulação de **pedestres e ciclistas** (ampliação dos sistemas de ciclovias e
- **qualificação** do desenho urbano, mediante adequação de normas para novos

# Para que serve o Plano Diretor?

- O Plano diretor **organiza o crescimento e o funcionamento da cidade**. No Plano Diretor está o projeto da cidade. Ele **diz qual é o destino de cada parte da cidade**. Sem esquecer, claro, que essas partes formam um todo.
- O Plano Diretor vale para todo o município, ou seja, para as **áreas urbanas e também rurais**.

# O que é um Plano Diretor?

O Plano Diretor é **uma lei municipal** criada com a participação de toda a sociedade. Deve contar com a **participação popular** em todas as etapas.



Ele deve ser **aprovado na Câmara Municipal.**

De instrumento técnico, passa a ser um **instrumento político.**

# As etapas do Plano Diretor

- 1 Diagnosticar, com participação da sociedade, os problemas da cidade e definir os temas a serem trabalhados.
- 2 Estabelecer os objetivos a serem alcançados no prazo previsto no Plano Diretor.
- 3 Definir os instrumentos urbanísticos e as intervenções (projetos, obras, programas públicos) necessários para alcançar os objetivos.



# As etapas do Plano Diretor

- 4 Enviar a proposta para a Câmara para os vereadores debaterem com a sociedade em audiências públicas, formularem contribuições para aperfeiçoar o PD e aprovarem.
- 5 Estabelecer o processo de planejamento, com prazos para implementar Plano Diretor.
- 6 Estabelecer o prazo de revisão do Plano Diretor pois a cidade sofre mudanças difíceis de prever. O Estatuto estabelece o prazo máximo de dez anos para o Plano Diretor ser revisto.





# Quais as Funções de um Plano Diretor?

- Propiciar o crescimento e desenvolvimento econômico local em bases sustentáveis
- Garantir o atendimento às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida e justiça social
- Garantir que a propriedade urbana sirva aos objetivos anteriores
- Fazer cumprir as determinações do Estatuto da Cidade

# **Planejamento e Sustentabilidade urbana**

## **Desafios e perspectivas**

---

**Nabil Bonduki**  
**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP**